



CAPPELLI

E-mail: paulo.cappelli@correiodamanha.net.br

com Lucas Gayoso

Instagram: @jornalistapaulocappelli

REPRODUÇÃO



Blindados receberão atualização no sistema de armas, incluindo proteção contra drones

Exército investe R\$ 48 milhões para modernizar canhão capaz de destruir blindados

O Exército Brasileiro firmou um contrato de R\$ 48,471 milhões para modernizar o sistema de armas do blindado Guarani, equipado com um canhão automático de 30mm capaz de destruir veículos blindados leves, fortificações e neutralizar alvos de baixa altitude, como drones e helicópteros. O acordo prevê a atualização de oito torres UT30BR para a versão mais moderna UT30BR2.

O contrato foi assinado com a empresa Ares Aeroespacial e Defesa. O acordo inclui, além da modernização das torres, a integração dos equipamentos ao blindado Guarani 6x6 e testes de aceitação em campo. Segundo o documento, serão desenvolvidos inicialmente dois protótipos da nova versão. Após a aprovação nos testes, outras seis torres serão atualizadas, totalizando oito sistemas modernizados. O cronograma prevê a conclusão das entregas em 2026.

A principal novidade é que a versão UT30BR2 será preparada para receber um kit de proteção contra Sistemas de Aeronaves Remotamente Pilotadas (SARP). A tecnologia am-

pliará a capacidade do blindado para enfrentar drones, ameaça que ganhou protagonismo em conflitos recentes, como as guerras na Ucrânia e no Oriente Médio.

A UT30BR é uma torre de armas remotamente controlada desenvolvida para equipar o blindado Guarani. O sistema permite que toda a operação do armamento seja feita de dentro da viatura, reduzindo a exposição da tripulação ao fogo inimigo.

Além do canhão automático de 30mm, a torre pode ser equipada com uma metralhadora coaxial (7,62mm) e sistemas de observação e estabilização que permitem disparos precisos mesmo com o veículo em movimento, além de possuir visão térmica.

O contrato também prevê que a Ares prestará assistência técnica por cinco anos para as torres modernizadas, realizará cursos de capacitação para militares e fornecerá equipamentos para estruturar uma oficina de manutenção do sistema no Exército, sem custos adicionais para a administração pública.

Moraes manda Exército entregar oito armas de Bolsonaro à PF em até 48 horas

O ministro Alexandre de Moraes (STF) determinou que o Batalhão de Polícia do Exército, em Brasília, entregue à Polícia Federal (PF), no prazo de 48 horas, oito armas registradas em nome de Jair Bolsonaro. O armamento ficará apreendido e vinculado ao processo de execução penal relacionado ao ex-presidente.

A decisão foi assinada no último domingo (5/7), após a defesa informar ao STF que duas armas já haviam sido entregues à PF em abril de 2023, em cumprimento a uma determinação do Tribunal de Contas da União (TCU). Segundo os advogados, os demais armamentos permanecem atualmente acautelados no Batalhão de Polícia do Exército, na capital federal.

No documento ao qual a coluna teve acesso, Moraes determinou que o Exército encaminhe imediatamente à PF oito armas, entre elas pistolas de calibres .380, .40 e 9mm, uma carabina/fuzil Springfield calibre 7,62mm e duas espingardas calibre 12.

Além disso, o ministro ordenou que a PF verifique se já está de posse de outras duas armas — uma carabina/fuzil Caracal calibre 5,56mm e uma pistola Caracal calibre 9mm. Caso



Alexandre de Moraes (STF) deu prazo de 48 horas

elas já estejam sob custódia da corporação, a PF deverá, “em caso positivo, realizar a imediata apreensão e guarda das mesmas vinculada ao presente processo”.

Na decisão, Moraes determinou: “Ao Comando do Batalhão de Polícia do Exército em Brasília/DF que proceda a entrega das armas abaixo nominadas à Superintendência da Polícia Federal, que deverá realizar a apreensão e guarda das mesmas vinculada ao presente processo.”

A decisão estabelece ainda que os advogados de Bolsonaro sejam intimados por meio eletrônico e que a Procuradoria-Geral da República (PGR) seja cientificada da determinação.

Defesa de Flávio pede novas investigações antes de análise da PGR sobre suposto crime contra Lula



Flávio Bolsonaro é senador pelo PL

A defesa do senador Flávio Bolsonaro (PL) informou ao STF que solicitou à Procuradoria-Geral da República (PGR) a realização de novas investigações no inquérito que apura um suposto crime contra a honra do presidente Lula (PT). O objetivo é que as medidas sejam adotadas antes de o órgão decidir se apresentará ou não denúncia contra o parlamentar.

O caso teve origem em uma notícia-crime apre-

sentada no STF após uma publicação feita por Flávio na rede social X, em janeiro deste ano. Na postagem, o senador afirmou que Lula seria “delatado” e o associou a crimes como tráfico internacional de drogas e armas, lavagem de dinheiro, apoio a terroristas e fraude eleitoral. A Polícia Federal (PF) concluiu a investigação e encaminhou o caso à PGR para manifestação.

Na petição apresentada ao Supremo, os advogados

informam que, antes mesmo da conclusão do relatório final da PF, protocolaram, em 24 de junho, um requerimento diretamente na PGR solicitando a realização de novas diligências.

Ao justificar a solicitação, a defesa afirma que a PGR “pode solicitar a realização de diligências” nesta fase do processo e requer que o órgão considere o requerimento já apresentado. Os advogados pedem ainda “a consideração de seus termos pelo Exmo.

Procurador-Geral da República”.

Segundo a defesa, a legislação permite que a PGR solicite medidas complementares consideradas imprescindíveis antes de decidir sobre o eventual oferecimento de denúncia. Por isso, os advogados requerem que a petição anteriormente encaminhada ao Ministério Público, bem como o respectivo comprovante de protocolo, sejam anexados aos autos do inquérito.